

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 31 DE JANEIRO DE 2019

Aos 31 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre do Edifício Paços de Concelho do Peso da Régua, pelas vinte e uma horas e trinta minutos iniciou-se a sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 25 de janeiro de 2019.

Faltaram os Srs. deputados, Paulo Joaquim Primo Joaquim, Maria Isabel Barroco de Melo, Nelma de Jesus Pereira Coutinho, Paulo Jorge da Cruz Costa, Luís Filipe da Costa Monteiro e Fernando Jorge Aires Lebres, sendo estes últimos substituídos pelos Srs. deputados Marlene Monteiro de Almeida, José Alexandre Coelho da Fonseca e Isabel Maria da Silva Guedes de Sá.

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão, da qual consta um ponto único.

- Apresentação, discussão e aprovação de proposta de transferência de competência para as autarquias locais de acordo com a Lei nº 50/2019 de 16 de agosto.

O Senhor Presidente da Câmara explicou os motivos que o levaram a convocar esta Assembleia Extraordinária, desde logo pelas circunstâncias legais em causa.

Defendeu a regionalização, sendo que no nosso caso o modelo ideal era a criação da Região que seja Trás-os-Montes e Alto Douro.

Mais disse que também sempre foi a favor da delegação e da descentralização de competências, dando como exemplo o histórico relativo ao ensino.

Explicou as diversas posições possíveis e a falta de consenso neste processo de descentralização, uma vez que houve municípios que quiseram receber tudo e outros precisamente o oposto.

Deu ainda notícia sobre o desenvolvimento deste processo no âmbito da CIM Douro, em que as divergências foram sendo ultrapassadas.

Passou de seguida a explicar o que estava em causa em concreto em cada área.

Disse que na Câmara Municipal verificou-se uma evolução na medida em que no início as dúvidas sobre a posição a assumir eram muitas, sendo que foi possível chegar a um consenso total.

Felicitou o conjunto da vereação por estar sempre unida quando está em causa a defesa do concelho. A solução encontrada reuniu a unanimidade no sentido da aceitação de todas as competências tanto no quadro do Município como da Comunidade Intermunicipal.

Mas, apesar do referido consenso, sempre seria importante trazer esta matéria à Assembleia Municipal. Acresce que a CDU também expressou essa vontade de ver este assunto discutido na Assembleia Municipal.

A terminar abordou cada um dos pontos mais relevantes.

A Senhora Deputada da CDU criticou o facto de não ser conhecido o mecanismo do financiamento dos novos encargos e de estarmos perante uma falsa regionalização. A terminar colocou algumas questões, designadamente sobre a repartição de competências entre os municípios que integram o distrito de Vila Real e a CIM Douro.

A Senhora Deputada Joana Souto Lopes defendeu o reforço da autonomia local, desde logo pelo fator da proximidade. Também tem um entendimento positivo no que respeita às comunidades intermunicipais, designadamente pela vantagem do reforço da coordenação e da articulação entre os municípios.

O Senhor Deputado Raúl Gonçalves defendeu e elogiou a posição da Câmara e disse que sempre defendeu este caminho, dando como exemplo o relacionamento entre o executivo municipal e o Ministério da Educação de um Governo do PS no que respeita às escolas do concelho. Tem boas expectativas com esta transferência de competências.

O Senhor Deputado Mário Jorge Janeiro saudou o Governo por promover a transferências de algumas competências para os Municípios, tendo a preocupação de dar liberdade aos Municípios para aceitarem, ou não, as suas propostas. Disse ainda que o nosso papel de liderança no Douro ficará reforçado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal elogiou o modo como decorreu o debate, tanto na Assembleia como na Câmara. Disse que era importante continuar a defender a Regionalização e elogiou o facto de as competências serem transferidas e não delegadas. Acrescentou que esta solução era positiva para todos os níveis da Administração. Acredita que para além de ser um melhor meio de satisfação das necessidades da população, também contribuirá para reduzir a burocracia, o desperdício, a incompetência e a corrupção. É muito importante, para que as expectativas não sejam defraudadas, que seja concretizado um envelope financeiro adequado.

O Senhor Presidente da Câmara criticou a postura dos Governos que apenas nos distribuem migalhas.

Deu a conhecer o seu entendimento de como deveriam ser distribuídos os financiamentos, tendo em atenção a realidade de cada projeto em concreto

Disse ainda que na CIM Douro há municípios que aceitam a totalidade do proposto, outros que não aceitam nada e ainda há quem aceite parcialmente.

Referiu ainda que no que respeita à educação houve o cuidado de conversar com todos os interessados.

Fez depois uma breve resenha sobre o que tem sido a condução dos destinos do concelho, respondendo também às questões colocadas pela CDU.

Criticou, indicando os motivos, o modo como estão repartidos os deputados no território nacional. Considera que o Interior tem uma representação muito escassa e injusta, o que também contribui para o agravamento das assimetrias regionais.

Manifestou discordância quanto à criação da Região Norte, considerando que é uma má opção e após a sua intervenção foi posta à votação.

Ponto Único:

Posta à votação este ponto, foi o mesmo aprovado por maioria com

Votos a favor 26

Votos contra 1

Terminada a intervenção do Senhor Presidente da Câmara foi pelo Presidente da Assembleia Municipal dada por encerrada a sessão.

De seguida foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e sete membros presentes, a presente acta, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3º e 4º do art. 57º do anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.